

Pombal e os oratorianos

Eugénio dos Santos



Sebastião José de
Carvalho e Melo,
conde de Oeiras.
Biblioteca Nacional
de Lisboa

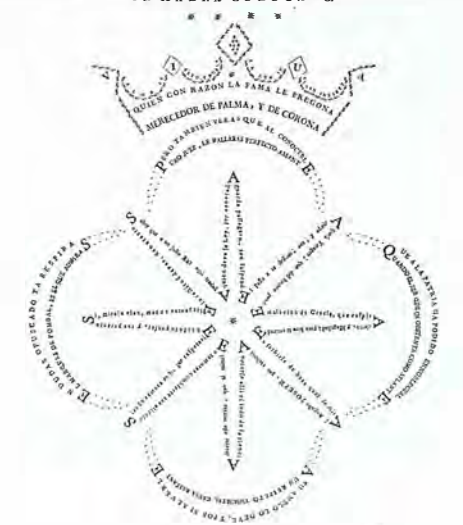
PENETRAR NOS ARCANOS DE UMA OUTRA ALMA humana é tarefa sisífica: por mais que se tente e por mais aliciante que a tarefa se nos afigure, jamais os resultados serão completamente satisfatórios e indiscutíveis. E se essa aproximação à sensibilidade única, que é o indivíduo, se encontrar ainda marcada por um tempo e por um meio muito específicos e distintos do nosso universo mental, como quando se aborda um passado já distante, inserido em teias de percepções e comportamentos tantas vezes pessoais e discutíveis, então, a dificuldade aumenta, tornando-se objectivo quase poético, ou seja, próximo do foro da pura intuição. Figuras e instituições marcantes do nosso passado colectivo têm-se prestado, ao longo dos tempos, às mais variadas (e contrastantes...) leituras. Umas e outras, sem dúvida aceitáveis, em função dos pontos de vista de análise e das coordenadas de observação dos seus autores, tornando-se elas próprias, por isso mesmo, marcas de cultura de cada tempo concreto. E parece inegável que a obra e a consequente personalidade de Sebastião José de Carvalho e Melo se transformou num novelo labiríntico de «leituras» possíveis. Na verdade, quantas figuras e modelos de acção pública foram mais analisadas, discutidas, louvadas ou vituperadas do que a do Marquês de Pombal? Ele transformou-se numa espécie de paradigma de uma época em mudança rápida, de rosto visível de um Estado que, a todo custo, tentava incorporar os efeitos das Luzes (da Boa Razão) que abalavam, por vezes em tempestade, os fundamentos da sociedade tradicional. A consciência, aliás muito viva, de que o mundo seu contemporâneo, assente em novos caminhos de racionalidade, avançava para a adopção de novos valores, implicava para os Iluministas, uma correcção do rumo colectivo até então trilhado pela sociedade portuguesa, designadamente em certos vectores considerados chave. Sebastião José percebeu claramente as potencialidades de certas teorias

filosófico-políticas, que então estavam em voga e cada vez ganhavam mais adeptos e procurou delas tirar partido no âmbito da sua acção governativa. Transformou-se, por isso, numa espécie de símbolo da pretendida renovação. Porém, esta, a verificar-se, impor-se-ia, por vezes, à custa de violências, de uma determinação e frieza quase cruéis, embora exercidas em nome da Razão e dos Direitos do Estado. Por isso mesmo, um dos seus mais reputados analistas contemporâneos rotulou-o como um «paradoxo do iluminismo». Formulou sobre ele esta constatação lapidária: «O Portugal do século XVIII é quase inseparável da figura dominante do marquês de Pombal (1699-1782). Para alguns, Pombal, que para todos os efeitos governou Portugal entre 1750 e 1777, é uma figura do despotismo esclarecido, comparável a Catarina II da Rússia, a Frederico II da Prússia e a José II da monarquia austríaca. Para outros ele não passa de um filósofo inexperiente e de um tirano maduro.»¹

Na verdade, qual destas duas facetas emergirá com maior evidência, ao olharmos serenamente para essa grande figura do nosso passado colectivo? E o prisma escolhido será igualmente válido para todo o espaço português ao analisar-se essa segundacentúria do século XVIII? Concretamente, portugueses e brasileiros, investigadores da área das ciências humanas, aceitarão, de bom grado e sem reticências de maior, juízos formulados sobre esse governante que marcou, de forma definitiva, a 2.ª metade do século XVIII luso-brasileiro? Ouçamos alguns: Um pesquisador recente entendeu, a propósito de um livro seu, escrever: «Não há nesse título qualquer intenção de atribuir exclusivamente ao Marquês de Pombal a responsabilidade por todos os acontecimentos altamente significativos que tiveram lugar nos anos setecentos, porém, tudo o que, ao longo de tanto tempo, temos lido leva à convicção de que o terem sido eles tão definitivamente favoráveis à definição da nossa unidade nacional deve-se, em grande parte, ao

interesse que Sebastião José de Carvalho e Mello sempre demonstrou pelo desenvolvimento do Brasil...»² E outro autor brasileiro contemporâneo, embora considerando que a reforma [pombalina] constitui uma «peculiar mistura do velho e do novo», reconheceu que «sua obra, realizada ao longo de muitos anos (1750-1777), representou um grande esforço no sentido de tornar mais eficaz a administração portuguesa».³ Desta óptica positiva se demarca frontalmente um outro brasileiro, autor de uma das obras mais completas sobre o catolicismo no Brasil. Ouçamo-lo: «Como livre-pensador [Sebastião José], de espírito liberal, imbuído do filo-sofismo, mostrou-se extremado absolutista, causando grandes males à Igreja, tanto em Portugal, como nas Colónias. Só o episódio da violenta expulsão dos Jesuítas... bastaria para

AL RESPETABLE. Y BIEN DELINEADO RETRATO
DEL ILUSTRÍSSIMO, Y EXCELENTÍSSIMO SEÑOR
MARQUES DE POMBAL,
QUE EN LA RAZA DE LA
REGIA ESTATUA EQUESTRE DE S. M. FIDELÍSSIMA
SE HALLA COLOCADO.



LO DEDICA, Y OTORGA
AL ILUSTRÍSSIMO, Y EXCELENTÍSSIMO SEÑOR CONDE DE OEYRAS.
Juan Antonio Estevez Autor del Compendio de la Historia de Portugal.
En las Algas de la Imprenta.

Poema acróstico de Juan Antonio Estevez, intitulado *Al respetable, y, bien delineado retrato del ilustrísimo y excelentísimo señor Marques de Pombal...*



A Expulsão dos Jesuítas, desenho de Rafael Bordalo Pinheiro, 1882. Biblioteca Nacional de Lisboa

tachá-lo como instrumentalizador da religião e do padroado régio para os fins que maquiavelicamente queria atingir.»⁴

José Pedro Paiva, competente e lúcido investigador da história cultural deste período, traçou o seguinte quadro base sobre o assunto que agora nos ocupa, que é importante reter: «É clássica a tese que sustenta ter havido um forte ataque à Igreja durante o consulado pombalino. São disso ecos evidentes a expulsão dos jesuítas em 1759, o corte de relações diplomáticas com a Santa Sé, decidido em 1760, o vasto corpo legislativo cerceador de inúmeras prerrogativas de que a Igreja e o clero gozavam, promulgado sobretudo entre 1760-70, os desentendimentos com a congregação do Oratório a partir de 1761, a perseguição a alguns preladados, como sucedeu com o bispo de Coimbra, preso em 1768, a reorganização da geografia eclesiástica do reino, começada em 1770, que veio dar origem à criação de 6 novas dioceses, (...) a edição de uma série de tratados com doutrinas regalias, anticurialistas, por vezes episcopalistas, ou patrocina-

dos ou apoiados por Pombal, como foi o caso das obras de António Pereira de Figueiredo, António Ribeiro dos Santos, José Seabra da Silva e João Ramos de Azeredo Coutinho. Num sentido mais estruturante e com consequências mais duradouras, a própria criação da Real Mesa Censória, que tolhe à Igreja o lugar privilegiado que detivera no processo de censura do livro e as reformas de ensino, estas claramente encaminhadas no sentido de um processo de laicização e de estatização, detectável ao nível dos seus conteúdos, agentes e instituições.

Todas estas acções, visavam contribuir para a criação de um Estado secular, apesar de católico, totalmente liberto de pressão ultramontana em questões de jurisdição e inequivocamente soberano face ao poder pontifício. Desejava-se ainda a subordinação da Igreja e do clero ao poder da coroa, não autorizando qualquer interferência desta no governo temporal do rei.»⁵

Joaquim Veríssimo Serrão, ao estudar a sua obra cuidadosamente, prefere pronunciar-se deste modo: «Mais do que julgar a actuação do homem, interessa conhecer as traves do seu programa e as realizações que alcançou na vida portuguesa. A história não pode ignorar quanto o génio de Pombal modelou um país novo entre 1750 e 1777, diferente pelas estruturas políticas e pela mentalidade do seu povo... As normas por que se regeu o estadista foram as da obediência à coroa e do bem dos súbditos.»⁶

Renovador, iluminado, modernizador da estrutura político-administrativa do país, voluntarioso até ao exagero, mas bem intencionado, crente ou hipócrita, vaidoso e irascível ou instrumento inteligente dos desígnios régios, sagaz e astuto no aproveitamento das correntes culturais do seu tempo, que bem conhecera em Londres e Viena, ou refinado e maquiavélico político que canalizou a favor dos seus caprichos alguma complacência régia, eis juízos com que frequentemente topamos a propósito desta grande figura

da nossa história colectiva e da sua polémica obra. Tendo em conta este paradoxal universo de análises, acerquemo-nos da postura de Pombal face à Congregação do Oratório, designadamente ao que conseguimos apurar com base na Casa do Porto,⁷ pois esta matéria está longe de se encontrar clarificada na conjuntura da cultura portuguesa da 2.ª metade de setecentos.

Os oratorianos e o poder político

As relações entre os congregados do Oratório e o poder político foram excelentes, desde os tempos da fundação por Bartolomeu do Quental, a 16 de Julho de 1668 e até aos primeiros anos do governo de D. José, iniciado em 8 de Agosto de 1750. Tanto D. Pedro II, como seu filho D. João V, lhes dispensaram tão grande protecção e favores tais que espantaram altos dignitários da corte, especialmente no período joanino.

A situação, porém, mudaria durante o reinado de D. José, por intervenção directa do seu poderoso ministro. E, contudo, à partida, nada o faria prever. Os nérís estavam a ser, a vários níveis, uma alavanca de modernização da sociedade portuguesa, como constatarem todos os investigadores que analisaram a sua acção pública entre nós. A título de exemplo, refiram-se as palavras insuspeitas do atento (e paciente) estudioso da cultura portuguesa dessa época, que foi António Alberto de Andrade. Já em 1969, afirmava ele: «Em suma, podem, pois averbar-se dois êxitos notáveis à acção dos Oratorianos portugueses: um, no campo da morigeração dos costumes e afervoramento religioso, e outro no ensino da juventude, em que ombrearam, de algum modo, com os jesuítas, na difusão do ensino elementar e secundário, com particular relevância para os estudos clássicos e a renovação da filosofia, nesse tempo endereçada para as ciências experimentais.»⁸ Muito recentemente, outro autor, independente e estrangeiro, aliás já citado, julgou poder afirmar: «Os padres também tiveram um

papel importante na introdução de novas ideias... A actividade da congregação do Oratório...foi notável. A congregação assumiu a liderança na introdução de experimentações científicas, em Portugal... Foram os oratorianos os maiores adversários dos jesuítas no debate sobre modelos pedagógicos. Os oratorianos foram os grandes promotores das ciências naturais, tendo introduzido em Portugal as ideias de Francis Bacon, Descartes, Gassendi, Locke e António Genovesi.» Após destacar a importância do ensino da língua, da gramática e da ortografia portuguesas, de lembrar que a biblioteca da Casa das Necessidades encerrava mais de 30.000 volumes, laboratórios experimentais e instrumentos científicos, remata o autor que vimos seguindo: «Os membros da família real assistiam ocasionalmente às sessões... e Pombal mandou seus dois filhos Henrique José (n. 1748) e José Francisco (n. 1753) estudarem com os oratorianos no convento de Nossa Senhora das Necessidades.»⁹

Entre 1755 e 1760, os oratorianos estavam no apogeu do seu prestígio: o Padre João Baptista publicara a sua *Philosophia Aristotelica Restituta*, obra de referência na modernidade da filosofia em Portugal e a expulsão dos jesuítas transformara-os em protagonistas e aliados do ministro para superação da lacuna aberta no ensino. Eles passaram a escrever manuais para os estudos menores, como o *Novo Método de Gramática Latina* do Padre Manuel Monteiro, depois substituído por outro, da autoria de António Pereira de Figueiredo o *Novo Método de Gramática*. Os *Diálogos de História Sagrada, Grega, Romana, Concílios Gerais da Igreja, Estado Presente dos Príncipes da Europa, Esfera Celeste e Terrestre*, todos devidos ao Padre João Chevalier e, ainda, de Pereira de Figueiredo *Instrução de Principiantes e Exercícios de Língua Latina e Portuguesa*, se transformaram em livros oficiais e conheceram várias edições. Parecia perfeito o entendimento entre Sebastião José e os oratorianos.



Carta autógrafa do Marquês de Pombal ao filho. Biblioteca Nacional de Lisboa

Aliás, no início da ascensão da carreira de Carvalho e Melo perante D. José, foi determinante a influência do oratoriano Domingos Pereira, antigo Prepósito da Casa de Lisboa.

Nada fazia vislumbrar qualquer comportamento de menor consideração por eles e, muito menos uma perseguição acirrada a alguns dos seus membros, misturada com uma hostilidade pública à própria Congregação.

O certo é que os documentos das antigas instituições oratorianas do norte sepultaram para sempre em silêncio o longo período da governação pombalina, o que não deixa de ser sintomático! Na verdade, as *Memórias desta Caza da Congregação do Porto*, escritas por Bento José, falecido apenas em 1767 (a 29 de Agosto) não contêm uma linha sobre esta época.¹⁰ Tão pouco o *Livro da memória dos sojeitos que tem entrado a ser Noviços nesta Congregação do Oratorio da Cidade do Porto* inclui qualquer registo entre os anos 1762 e 1777.¹¹ Isto é, durante 15 anos, reinou, no registo oficial, o mais profundo silêncio, ou seja, entre 12 de Agosto de 1762, dia da entrada de Torquato Francisco, até 21 de Setembro de 1777, no qual entrou Boaventura de Cerqueira. Como entender este longo vazio? Qual o seu verdadeiro alcance? Se não houvesse mais adesões à Casa, a morte natural seria inevitável. Somente (e finalmente) a queda do ministro, em 1777, restabeleceu o fluxo das entradas e, portanto, assegurou a continuidade da instituição.

As origens do conflito

Tentemos penetrar nos meandros destas sensibilidades em choque. O ano de 1760 parece ter representado o tempo da viragem. Com efeito, nesse ano o Padre Teodoro de Almeida foi desterrado da Corte, fugindo para o Porto, o mesmo sucedendo com os seus confrades João Chevalier, oculto em Freixo de Espada à Cinta, João Baptista e Clemente Alexandrino, foragidos para Monção.

Não houve apenas uma motivação para o desencadear da sanha pombalina. Várias se conjugaram e todas elas muito fortes. Sigamos algumas pistas.

A mais evidente prendeu-se com um acto da censura oficial, a propósito da publicação de uma obra de carácter filosófico-político-institucional. Esta havia sido redigida pelo intendente-geral da polícia Inácio Ferreira Souto e intitulava-se *De Potestate Regis in Ecclesiasticos*. Como seria de esperar, nela se fazia a mais descarada apologia do poder do rei em domínios até então reservados ao foro eclesiástico. Tratava-se, portanto, de um texto no qual se consagravam as teorias do regalismo galicano. O seu conteúdo havia sido inspirado directamente pelo já então conde de Oeiras.¹² O pior é que o grande inquisidor D. José, um dos meninos da Palhavã, meio-irmão do rei, que havia sido educado por Fr. Gaspar da Encarnação, homem da máxima confiança de D. João V, recusou o beneplácito à impressão do livro, considerando-o contrário aos direitos e privilégios até então usufruídos pelos clérigos.

Para evitar a circulação do escrito e castigar exemplarmente o seu autor, enviou dois familiares da Inquisição a casa de Ferreira Souto para o prenderem e confiscarem os seus papéis. Os emissários eram dois nobres respeitados, o conde de S. Lourenço e o visconde de Vila Nova de Cerveira. A Inquisição julgava possuir força e capacidade para agir com independência, não fosse ela dirigida por um familiar directo do soberano. Não sucedeu, porém, como os seus responsáveis pretendiam. Carvalho e Melo, em nome do Bem Comum, não podia ceder. Furiosíssimo, consta que se dirigiu, em pessoa, a casa de D. José e de seu irmão D. António, prendendo-os e mandando-os, a seguir, exilados para o Buçaco. Os dois familiares do Santo Ofício não conheceram melhor sorte: o primeiro foi desterrado para Bragança e o outro para Miranda do Douro. Ora,

foi no decurso do desenvolvimento deste processo que se soube que uma das testemunhas interrogadas, doméstica do conde de S. Lourenço, referiu ouvir o seu senhor dizer que o conde de Oeiras, secretário do Estado, o que pretendia era afastar do rei todas as pessoas de juízo, independentes e que pudessem fazer-se ouvir em assuntos do governo do Estado, como eram ele e o visconde de Cerveira, como tinham sido os padres das Necessidades, isto é, os congregados do Oratório e outros mais. O que ambicionava o secretário de Estado era substituir a antiga elite nobre, eclesiástica e culta do país, por uma outra, sintonizada consigo.¹³ Sobre este assunto, portanto, vingara a vontade do estadista, embora a sua ira se mantivesse, viva e actuante.

E os oratorianos iriam, a partir de então, experimentar a sua força e pagar a ousadia. Como iam longe os tempos em que o Padre Francisco Pedroso, confessor e conselheiro privado de D. João V a partir de 1712, garantia, como oratoriano prestigiado, as boas graças do rei e do seu círculo, de que a instituição muito lucrara.¹⁴ Com D. José e o seu ministro o panorama mudou radicalmente. A razão de fundo é que a Congregação recusava, como instituição, maioritariamente, obedecer ao regalismo pombalino. Nisso, como em outros aspectos da sua acção pública e privada, ela mantinha-se fiel às directrizes (estatutos) primitivas, e aos desígnios dos seus fundadores, reconhecendo a supremacia da autoridade papal.

O desafio dos oratorianos: Teodoro de Almeida

Alguns dos seus membros nunca vergaram a cerviz. E isso marcá-los-ia como inimigos a perseguir e a abater. Porém, na maioria dos casos, nem o onipotente ministro conseguiu fazer vingar os seus intentos. O tempo, não a força, vingá-los-ia. A razão das convicções de alguns dos seus opositores era inabalável. Em 1777, a

justeza do seu combate acabaria por prevalecer. Morto D. José, os oratorianos retomariam o seu prestígio e influência, alguns de forma surpreendente. É o caso de Teodoro de Almeida, talvez o mais conhecido dentre os perseguidos pelos esbirros de Pombal.¹⁵

O seu calvário começou quando ele se solidarizou com a recusa de autorizar a publicação da obra de Souto, juntamente com o seu antigo mestre, João Baptista e com os outros colegas de roupeta, Clemente Alexandrino e João Chevalier. O desterro de todos eles como fuga à prisão imediata foi a única saída. Teodoro veio para o Porto, onde chegou a 15 de Julho de 1760, e onde permanecerá resguardado pelos seus confrades durante oito anos, João Baptista rumou a Monção, ao hospício congregado aí existente, juntamente com Clemente Alexandrino, Chevalier exilou-se na Casa dos congregados de Freixo de Espada à Cinta. Todos incorriam, aos olhos do ministro, em crime gravíssimo, por haverem contrariado os princípios jurídico-filosóficos em que assentava o Estado, norteados pela Razão e zelo do Bem Comum. Chevalier partiu, pouco depois, para a Bélgica, de onde nunca mais regressou a Portugal. Este sobrinho de Luís António Verney era perito em astronomia, mesmo antes de partir para o Norte da Europa. Em Bruxelas, em 1772, foi nomeado bibliotecário da Real Biblioteca da cidade. Em 1796, à entrada das tropas napoleónicas, fugiu para Praga e Viena de Áustria, onde faleceria a 2 de Agosto de 1801, portanto aos 79 anos.¹⁶ Perdemos o rasto aos que se acolheram à Casa de Monção, mas não a Teodoro de Almeida.

Este viveu pacatamente na Cidade Invicta até 1768, entregue a todos os ministérios próprios dos oratorianos,¹⁷ reflectindo e escrevendo obras em que se encontrava já envolvido, designadamente à composição da sua *Recreação Filosófica*. Nunca, no Porto, se havia tornado suspeito. O governador da cidade ouvira até falar dele

muito elogiosamente e deu parte do apreço que a cidade lhe votava a Sebastião José, seu primo, em conversa ocasional. Mal imaginava João de Almeida e Melo a fúria que, de repente, se apossou do governante. Este deu ordem taxativa para a sua prisão e envio para a capital sob custódia. Mas, avisado o interessado, imediatamente se pôs em fuga. Rumou à Galiza, depois ao País Basco, onde a vingança pombalina continuava a pretender aniquilá-lo. Perseguido e aconselhado, alcançou a França, primeiramente Bayonne e, depois, Auch, entregando-se lá aos trabalhos da sua predilecção, como mestre e perito, de onde só regressou, após a queda de Pombal.

No país natal viria a conhecer novamente prestígio, honras, autoridade intelectual, inspirando e integrando a Academia das Ciências, onde foi escolhido para proferir a lição na Sessão de Abertura.¹⁸ Nessa cerimónia estabelecia uma espécie de programa para a Instituição: «Huns preparão as notícias, outras desenterrão monumentos, outros examinão os livros, confrontão edições, consultão os originais. Aqui huns descobrem manuscritos... ali outros os traduzem com gosto, outros os publicação com elegância. Lá estarão aqueles observando os mineraes, as aguas, as plantas, numa palavra, a Natureza. Quando da outra parte estão outros tentando experiências, fazendo observaçoens, imaginando projectos..., acolá se verão outros trabalhando em incansavel applicação nas Mathemáticas e no Calculo..., semeando na mocidade o gosto, a critica, o desejo de estudar e saber.»¹⁹ Carvalho e Melo fora-lhe seguindo os passos, enquanto pôde, mesmo fora da fronteira portuguesa. Pediu ao 1.º ministro de Espanha, marquês de Grimaldi, que o expulsasse dos «Estados de El-Rei Católico», o que sucedeu, havendo-o as autoridades bascas colocado, à força, na fronteira francesa. Acolhido em Bayonne, este antigo discípulo do padre filósofo e mestre do aristotelismo moderno João Baptista, continuou a ser importunado pela ira pombalina.



As ordens para o governador local o expulsar da cidade nunca encontravam, porém, o destinatário, ausente por conselho dos amigos. Em Bayonne, exerceu os seus ministérios de padre, mas foi como professor de filosofia (natural) que se notabilizou e ganhou fama, construindo um planetário e ensinando hidrografia, matemática e outras matérias, como consta na carta que enviou a Ribeiro Sanches, em 1774.²⁰

Este oratoriano, que se autodefinia como «tímido e irrezoluto no obrar, quando não à uma mão extrínseca que impele e decide», metódico e organizado,²¹ sensível e inteligente, confessava: «não tenho genio duro, nem o meu interior he de pão secco e duro(...)», nunca se deixou vergar pela adversidade. As suas convicções tornaram-no intransponível. Nem toda a prepotência e autoritarismo de Pombal o haveriam de torcer. O reconhecimento do seu valor, não apenas na área das ciências naturais, mas nas da filosofia, da teologia, da literatura, pode avaliar-se pela enorme divulgação da sua obra, dentro e fora das fronteiras pátrias.²²



Insignia da Congregação do Oratório.
Extraída de *Elementos de Invenção e Locução*,
Antônio Pereira. Lisboa, 1765

A Congregação do Oratório à beira do aniquilamento

Pombal não suportava uma instituição cujos membros se manifestavam, em larga maioria, contra a sua teoria política e a sua prática governativa. A expulsão dos jesuítas não calava os seus críticos e o medo das represálias nunca foi dissuasor suficiente para desarmar os que lutavam contra a maré.²³ Chegou a temer-se o encerramento puro e simples e a extinção da própria Congregação. São disso sinais alguns dados relevantes. Seja o primeiro a proibição de entrada de noviços. Entre 1762 e 1777, como acima se referiu, não entrou ninguém na Casa Portuense. E é presumível que outro tanto tenha sucedido com as demais, espalhadas pelo país, embora se desconheçam os outros livros de entradas, referentes a esse período. Ora, impedir as entradas era aniquilar a Instituição, a curto prazo. Outro elemento importante a considerar foi o extremo cuidado com que os oratorianos se referiam a Pombal, ao cartear-se entre si, após 1760. Em 11 de Novembro de 1762 o Padre Rodrigo José, Prepósito de Braga confessava ao seu confrade Bernardo Lopes, de Lisboa: «(...) Nunca esta Congregação repugnou às ordens de sua Majestade, que Deus guarde, nem agora o fas(...)» Uma década mais tarde, a 23 de Junho de 1772, o Prepósito da Casa do Freixo, João Baptista, em carta ao seu homólogo de Lisboa, José Clemente, confessava-se receoso de ter desobedecido à autoridade régia e, se tal sucedesse, queria agora reafirmar o seu total acatamento à vontade do governo.²⁴

Pereira de Figueiredo, por mais do que uma vez, foi avisando os congregados de que a postura da Instituição, recusando as teorias e os princípios que norteavam os agentes superiores do governo, poderiam vir a ser-lhes fatais, incluindo a extinção. Aliás, tentou até justificá-la previamente, se esta viesse a tornar-se inevitável, o que nunca ocorreu. E o próprio Padre

Pereira, como também era conhecido, pôde voltar mais tarde ao grémio dos seus confrades após a queda de Pombal, em 1777. Eles perdoaram-lhe a aliança, que julgaram espúria, e voltaram a abrir-lhe as portas da fraternidade oratoriana. Esta década de sessenta transformou-se num tempo terrível para os congregados, face ao governo. Na verdade, nesse ano de 1768 em que Almeida foge de Trás-os-Montes para a Galiza, tentando alcançar, a partir daí, a Holanda, o que não viria a concretizar-se por falta de barco directo, era preso, em Lisboa, com estrépito e escândalo, o Padre Valentim de Bulhões, também oratoriano, que entrou nos cárceres da Inquisição, a 9 de Agosto, aí se mantendo até à morte do rei D. José, em 1777. O pretexto para este acto extremo baseava-se num parecer escrito pelo franciscano Fr. Manuel do Cenáculo, enviado por este à Real Mesa Censória, em que eram apreciadas e julgadas umas *Conclusões* de *Lógica* do padre Bulhões, que se pretendia imprimir. Ora o autor da censura considerou-as eivadas de pirronismo e, portanto, portadoras das mais perniciosas consequências, no caso de virem a ser impressas e ficarem ao alcance da juventude estudantil. Outro alto funcionário do Santo Ofício, o carmelita Fr. Luís de Monte Carmelo corroborou esse parecer que a Real Mesa adoptou na íntegra. Na verdade, nada se demonstrava de filosoficamente errado, no que toca ao pensamento, da obra de Bulhões. Faziam-se-lhe insinuações múltiplas, isso sim, mas sem prova. O certo é que ele foi impiedosamente encarcerado. O pior ainda é que, a partir daqui, os oratorianos ficaram proibidos de ensinar, o que era um golpe rudíssimo no seu prestígio pedagógico, maculando a sua imagem pública e enfraquecendo o alcance do seu ministério pastoral. O autêntico motivo da prisão de Bulhões era o convite velado que ele fazia aos leitores para a importância de se considerar a dúvida como método para alcançar a certeza.



Frei Manuel do Cenáculo Villas-Boas, da Congregação do Oratório, Presidente da Real Mesa Censória. Biblioteca Nacional de Lisboa



D. Mariana Vitória, gravura de J. B. Palomino.
Biblioteca Nacional de Lisboa

Optava por uma via cartesiana para procurar e alcançar a verdade, aspecto em que contrariava as orientações do governo que era dogmático, afirmativo, despótico, bem enquadradas em certas correntes do iluminismo autoritário e autocrático. Nesse sentido, o pensamento do padre Valentim era insuportável aos olhos do poder. Outra razão, esta mais importante ainda, decorria do facto de ele ser confrade, amigo e discípulo dos foragidos a que acima nos referimos. Também ele se demarcara de Pereira de Figueiredo e das teses galicanas, transformando-se, desse modo, num alvo a abater, num perigoso prevertor da juventude. O certo é que ele nunca foi processado, nem julgado e muito menos condenado. Em Abril de 1777 requereu, após a libertação, a respectiva reabilitação pública, o que lhe foi concedido imediatamente. Assim, saíam ilesos, o seu nome e o da Congregação de que fazia parte. Regressou ao magistério, onde deu provas do seu saber filosófico, teológico, escriturístico, sobretudo a partir de 1780, publicando várias obras. Faleceu em 29 de Abril de 1804, portanto em data próxima do seu amigo Teodoro de Almeida e, como ele, foi qualificado como «homem de grande talento, de muita capacidade, homem instruído em toda a ciência...».²⁵ Portanto, à lista de oratorianos perseguidos, desde 1760, juntava-se mais este, nesse tenebroso ano de 1768, em que o que sucedera antes aos jesuítas parecia também iminente em relação aos congregados. O que tornava estes menos «perigosos» é que eles não obedeciam a qualquer autoridade regular ultramontana e não dispunham de bens e influências internacionais, como sucedera com os inicianos. Provavelmente esses atenuantes os pouparam como Instituição, que, entretanto, se ia tolerando. Além disso, parece incontestável que a rainha D. Mariana Vitória intercedeu por eles pessoalmente e que o Prepósito da Congregação, Padre Bernardo Lopes geriu as dificuldades do tempo

com extrema prudência e mestria, apaziguando, de algum modo, a ira de Carvalho e Melo.²⁶

Foi, com efeito, nesse ano de 1768 que a espada do poder esteve prestes a desabar sobre os nérís portugueses, ferindo-os de morte, pois, logo em 3 de Janeiro de 1769, o governador do bispado do Porto, Nicolau Joaquim Torel da Cunha Manuel, recebia ordem para retirar aos congregados a autoridade para pregar e confessar, proibindo a abertura das portas das suas igrejas, capelas e ermidas, para os exercícios espirituais, após a uma hora da tarde. Conjugadas estas proibições com o bloqueio dos ingressos de noviços e o encerramento das suas aulas, provocava-se, deste modo, a morte lenta da Instituição. De que crime os acusava o governador eclesiástico? De espírito de soberba, pasme-se! Não se aduzia nenhum argumento como prova. Ou melhor, a motivação tornara-se clara: os congregados não se haviam demarcado da «indiscreta e arrogante Pastoral» do bispo de Coimbra, D. Miguel da Anunciação, seu antigo discípulo na Casa do Espírito Santo, amigo de Teodoro de Almeida.²⁷ Além disso, dizia o governador eclesiástico, era urgente «cortar o abuso que a mesma Congregação tem feito do seu Ministério».

Mas as acusações infundadas vão até ao ridículo, em termos vagos e imprecisos: «Os congregados «contaminam» os fiéis com abusivas e perniciosas disciplinas, nunca se concretizando como, ou em quê.»²⁸ Portanto, o crime tornara-se claro aos olhos dos políticos: os congregados continuavam próximos dos sobreviventes da alta nobreza antipombalina, alinhavam com os ultramontanos e curialistas, detestando autores e teorias justificadoras do modelo político seguido pelo poderoso ministro, que era o despotismo iluminado, puro e duro. E o crime agora, como dizia o documento, atingia todo o «Corpo da Congregação de S. Filipe Neri». O ódio do conde de Oeiras encontrava-se, pois, justificado.²⁹

A ligação dos oratorianos à nobreza e ao ensino

Algo mais há a não desprezar nesta questão a vários títulos intrincada. Os congregados estavam, há muito, associados, sobretudo na capital, à nobreza, particularmente através das acções públicas oferecidas à comunidade culta de Lisboa pela Casa das Necessidades. A sua riquíssima biblioteca, para a qual D. João V contribuíra magnanimamente e que contava mais de 30 000 volumes, como já se referiu, incluía todas as áreas científicas, desde teologia, filosofia, jurisprudência às mais modernas correntes de ciência contemporânea, onde estavam representados Newton, Gassendi, Copérnico, Descartes, Gravezand, Muskembrock... Muitos eruditos e curiosos da corte frequentavam esses espaços de saber, como a biblioteca, as suas sessões públicas, as aulas, os gabinetes experimentais, as colecções didácticas. A mais alta nobreza por aí passava regularmente. O próprio rei D. José, apreciador da «ciência nova», manejava aí instrumentos científicos, perante as figuras mais gradas da corte. O Padre Teodoro privava nesta com homens como o duque de Lafões, a marquesa de Távora D. Leonor, os condes de S. Vicente e S. Lourenço, respectivamente D. Manuel Carlos da Cunha Silveira e Távora, e D. João José Ansberto de Noronha. O ministro sabia perfeitamente o que se passava. A entrada dos seus filhos do 2.º casamento para as aulas dos nérís já tinha sido polémica. O pai julgava que eles deveriam usufruir à vontade de todos os espaços do edifício, mas os estatutos proibiam-no. Havia lugares exclusivamente abertos aos irmãos congregados e, portanto, proibidos taxativamente a pessoas externas. Nestes, os filhos do 1.º ministro não entrariam. Em compensação, foram construídos e a eles destinados espaços nobres e adequados. Após alguma fricção, Carvalho e Melo acedeu. Não esqueceu, porém. Recordava-se ainda que para o seu acesso à Secretaria de Estado da Guerra e Assuntos Ultramarinos, os congregados não haviam colaborado em entusi-

asmo. Fora a rainha D. Mariana, de cujo círculo fazia parte Leonor Daun, mulher de Sebastião José, que o recomendou ao seu filho.

A facção cortesã que rodeara o defunto rei, liderada por Fr. Gaspar da Encarnação, não lhe era favorável. Ora desta faziam parte os mais destacados oratorianos. A raiva (e reserva) de Sebastião José em relação aos congregados era, pois, visceral. A ligação à alta nobreza anti-pombalina constituía mais um espinho encravado nesta teia de relações complicadas.

Teodoro de Almeida (sempre ele...) havia sido o educador do filho do marquês de Távora D. José Maria, aliás, ao que se dizia, com excelentes resultados, pois em menos de um mês e meio o preparou para defender, na Casa do Espírito Santo, *Conclusões de Lógica*, embora a filosofia natural fosse o seu campo preferido, pois «ninguém melhor que o Padre Theodoro então, examinou, pezou e contrastou os dois novos systemas tão famosos na Europa, o Cartesiano e Newtoniano...».³⁰ D. José Maria foi supliciado em 1759, com treze anos de idade, abatendo-se logo no ano seguinte a tormenta sobre o Padre Almeida. Esta ligação dos congregados à mais alta nobreza enfurecia o ministro, abrindo «feridas» que cerca de setenta anos mais tarde ainda vertiam sangue. Na verdade, segundo a mesma fonte, o fidalgal ódio de Sebastião José à Congregação só não se traduziu na sua extinção por o monarca o não ter permitido, pois «se achou no gabinete de D. José, quando da sua morte, rasgado pelo mesmo Senhor o Decreto da extinção da Congregação e outro igual prompto para a Real Asignatura em a pasta particular do Marquêz, talvez prompto para apresentar em occasiao mais opportuna».³¹ No caso concreto do Padre Almeida haveria outra questão pessoal grave. Ele teria cometido a infidélcia de revelar que D. Maria iria casar com seu tio D. Pedro, antes do anúncio oficial, ficando alguns fidalgos a par do segredo de Estado. Tendo Sebastião José sabido qual foi a fonte da notícia,

enfureceu-se de tal ordem que lhe terá chamado um Malagrida pequeno.

Confronto ideológico, confronto político

Por último, deixaremos ao leitor mais um dado importante a não desprezar para melhor se poderem compreender as linhas múltiplas deste novelo, nunca desfeito completamente. A nosso ver, o processo contra Valentim de Bulhões, as perseguições movidas a Teodoro de Almeida, João Baptista e seu irmão Clemente Alexandrino, João Chevalier, Manuel Macedo e outros, radicavam numa questão que não podia ser claramente invocada pelo círculo ilustrado que rodeava Pombal: a espiritualidade por eles seguida e transmitida aos fiéis na sua acção pastoral quotidiana, através da oração, da pregação, dos escritos, das missões pelo país rural.

Realmente estes homens, como tantos outros, incluindo o bispo de Coimbra D. Miguel, continuavam a praticar e incutir nos fiéis devoções que os iluministas consideravam menos esclarecidas e que, portanto, pretendiam desterrar da prática religiosa corrente. Iluminados no plano das ideias filosófico-científicas e pedagógicas eram-no, sem dúvida. Não porém, nas devoções, nas práticas religiosas, delas emergindo o apego às devoções marianas, ao culto do Sagrado Coração de Jesus. Ora, na óptica de muitos iluministas, eles configuravam aparentes virtudes, mas, na verdade, eram formas de alienar e corromper a juventude. A corrente oratoriana de «piedade tradicional», fugindo aos cânones do iluminismo teológico e regalismo eram fortíssimas.³² Assim se compreendia a «raiva» de muitos iluminados, conselheiros do poder constituído, os quais percebiam pertencer a uma corrente minoritária dentro do espírito do Oratório Português.

Pombal travou uma luta, no plano das ideias e das convicções, para impor os seus modelos de pensamento. Apoiaram-no homens da mais

alta craveira intelectual, como o oratoriano Pereira de Figueiredo. A *Demonstração Theológica, Canónica e Histórica do Direito dos Metropolitanos de Portugal para confirmar e mandar sagrar os Bispos suffragâneos nomeados por Sua Magestade*, juntamente com a famosíssima *Tentativa Theológica*(...), serviam de justificação e instrumento nas mãos do poder político. Mas resistiram outros, muitos outros, como os congregados acima referidos, que se bateram silenciosamente. Em alguns aspectos, Pombal venceu, a curto prazo, perdendo, contudo, na duração mais longa. O tempo escoava-se e virava-se contra os seus desígnios imediatos. Seria este o seu inimigo mais invisível e poderoso. É certo que Carvalho e Melo abriu múltiplos caminhos novos nos quais haveriam de formar-se as mentes das gerações futuras, designadamente aquelas que haveriam de comandar os destinos do primeiro liberalismo português. Porém, neste combate contra as correntes de pensamento e de sensibilidade dominantes no Oratório Português, as suas vitórias foram efémeras e sempre incompletas.

A Razão, que constantemente invocava, pendeu para o outro lado. Jamais o poder político, por mais eficaz e poderoso que seja, conseguiu vencer a força das ideias, das convicções, dos comportamentos arraigados nas vivências colectivas, através de legislação e de instrumentos repressivos.

Como se percebeu através dos diferendos aqui abordados, a Razão serena, esclarecida, firme, apoiada em vontades disciplinadas e solidárias acaba por triunfar. Nem um déspota consegue impor-se a tudo e a todos. Pombal necessitava de apoios firmes para a sua política, nomeadamente entre o clero mais prestigiado, mas não conseguiu sensibilizá-lo em maioria. Os seus desígnios eram, a seus olhos, nobres e fundamentais num Estado de Direito que, para se impor, precisava de vergar uma parte do clero. Os métodos seguidos não

parecem, contudo, ter sido os mais transparentes. Neste diferendo, a Ciência, nas suas mais variadas vertentes, acabou por triunfar, numa aliança imbatível com os meandros do Tempo.

- ¹ Maxwell, Kenneth, *Marquês de Pombal. Paradoxo do Iluminismo*, São Paulo, 1990, p. 1.
- ² Mendonça, Marcos Carneiro de, *Século XVIII. Século Pombalino do Brasil*, Xerox, Rio de Janeiro, 1989, p. 1 e também *Rios Guaporé e Paraguai. Primeiras Fronteiras Definitivas do Brasil*, Xerox, Rio de Janeiro, 1985.
- ³ Boris, Fausto, *História do Brasil*. São Paulo, 1996, p. 109.
- ⁴ Rubert, Arlindo, *A Igreja no Brasil. Expansão Territorial e Absolutismo Estatal (1700-1822)*, vol. III. Santa Maria (R.S.) 1988, p. 241
- ⁵ José Pedro Paiva, *Penélope*, n.º 25, 2001, pp. 41-42
- ⁶ *História de Portugal*, dir. de João Medina, vol. VII, Amadora, 1993, p. 334.
- ⁷ Remete-se ao leitor para o que já se escreveu em Eugénio dos Santos, *O Oratório no Norte de Portugal* (...) Porto, 1982, pp. 159 e ss.
- ⁸ Não terá sido por acaso que entre os seus discípulos se contam João Baptista de Castro, António Dinis da Cruz e Silva, os irmãos Diogo e Inácio Barbosa Machado, Luís António Vermei e seu irmão Diogo, D. Fr. Manuel do Cenáculo, Silvestre Pinheiro Ferreira, Francisco Trigo Aragão Morato, José Agostinho de Macedo, Alexandre Herculano, entre outros. Vide *Arquivos do Centro Cultural Português*, Paris, 1969, «Processo Pombalino contra os Oratorianos», pp. 252-253.
- ⁹ Maxwell, Kenneth, ob. cit., p. 14.
- ¹⁰ Ms. n.º 1337, da B. P. M. P (Biblioteca Pública Municipal do Porto)
- ¹¹ Ms. n.º 953, B. P. M. P
- ¹² O mesmo sucederia um pouco mais tarde, em 1767, a propósito da publicação da *Dedução Chronologica e Analytica*, atribuída ao desembargador e procurador da coroa José Seabra da Silva. Na verdade, porém, ela não só fora inspirada, mas até corrigida e acrescentada por Sebastião José. Libelo de inaudita violência contra os jesuítas assenta nas ideias mestras do despotismo esclarecido e da filosofia dos iluministas, denegrindo ao máximo tudo o que havia sido obra dos filhos de S. Inácio, mormente nos domínios do ensino, abrindo assim caminho às reformas nessa área, designadamente da Universidade de Coimbra. Vide Joaquim Veríssimo Serrão, *História de Portugal*, vol. VI. Lisboa, 1982, p. 260.
- ¹³ Girodon, Jean, *Lettres du Père Bartolomeu do Quental à la Congrégation de L'Oratoire de Braga (29.IX.1685-22.XI.1698)* Paris, 1973, p. XV.
- ¹⁴ A abertura de um hospício, dependente do Oratório de Braga, em Monção, só teve lugar, porque o soberano o autorizou pessoalmente, mesmo contra as informações fornecidas pelo paço real. Cfr. do autor, *O Oratório no Norte de Portugal*, ob. cit., p. 159.
- ¹⁵ Sobre ele acaba de ser apresentada e discutida uma excelente (e enorme) tese de doutoramento, para a qual remetemos o leitor: Zulmira C. T. G. M. C. Santos, *Literatura e Espiritualidade na obra de Teodoro de Almeida (1722-1804)*, I e II Tomos. Porto, Faculdade de Letras, 2002 (policopiada).

¹⁶ Girodon, Jean, ob. cit., nota 22, p. XVI.

¹⁷ Quando foi avisado de que tinha que fugir imediatamente aos esbirros do Conde de Oeiras encontrava-se a pregar uma missa em Trás-os-Montes e, nesse momento de aflição, foi auxiliado solidariamente pelo Padre Manuel Bettencourt, então prefeito da livreria da Casa Portuense, admirador de Teodoro de Almeida.

¹⁸ Do autor: *Arquipélago*, «Para a História da Cultura em Portugal no séc. XVIII. Oração de Abertura da Academia das Ciências de Lisboa do Padre Teodoro de Almeida», Ponta Delgada, 1980, pp. 53 e ss.

¹⁹ *Idem*, pp. 57-58.

²⁰ «O mestre que aqui avia para Mathematica foi-se embora porque dizia que eu lhe tirava os discípulos: não que eu jamais falasse a ninguém; porque sou mui alheio dessa infame vileza; isso porque tenho a minha fama estabelecida de modo que ele achou conveniente de se ir embora». Cfr. *Ibidem*, nota 24, e também Jean Girodon, ob. cit. pp. XVI-XVII.

²¹ *Arquipélago*, ob. cit., p. 57

²² Além da sua grande divulgação no Brasil, os seus escritos foram conhecidos e divulgados em Espanha e França.

²³ É bem sabido que entre os oratorianos que Carvalho e Melo havia atraído alguns elementos de craveira superior, como é o caso, aliás bem conhecido, de António Pereira de Figueiredo, estrênuo defensor das teorias do regalismo pombalino, assim como outros, destacando-se dentre estes Francisco José Freire, Manuel de Macedo, Pereira de Vasconcelos, António Soares e alguns mais.

²⁴ «...se desta nova nomeação se pode de algum modo inferir que isto foi obrar contra a vontade de sua majestade de que possa resultar algum damno à Comunidade em comum ou a algum em particular... da minha parte desejo obrar sempre de sorte que nem por sombras se possa dizer que contravimos à vontade real». Cfr. do autor, *O Oratório no Norte...*, ob. cit., pp. 160 e 161.

²⁵ A. A. Andrade, *Processo Pombalino...*, ob. cit., pp. 250 e ss.

²⁶ Girodon, Jean, ob. cit., p. XX.

²⁷ Em 8 de Novembro de 1768, D. Miguel fizera publicar uma pastoral proibindo a leitura de determinadas obras na sua diocese, como as de Pierre Bayle, Voltaire, Rousseau, Dupin, e Febronius. Incorrera num duplo crime: não reconhecera a função exclusiva da Real Mesa Censória em matéria de autorização de publicações e leituras e condenava as teorias regalias e galicanas dos dois últimos autores, seguidos e aconselhados por Pereira de Figueiredo conselheiro e teórico dos princípios de Carvalho e Melo. O bispo foi preso no Forte de Pedrouços, onde permaneceu até 1777. Foi acusado de jacobino, o que também era associado a crime e, ainda por cima, no seu sangue corria o dos Távoras, por parte de sua mãe, condessa Arcângela Maria de Távora.

²⁸ A. de Magalhães Basto, *O Primeiro de Janeiro*, 24.01.58, «Falam velhos manuscritos...», Porto, 1958.

²⁹ *Idem, ibidem*.

³⁰ Santos, Zulmira, ob. cit., pp 105-107.

³¹ *Idem*, ob. cit. p. 113

³² A este propósito é exemplar o trabalho da Professora Dra. Zulmira Santos, vindo preencher uma lacuna no panorama da cultura portuguesa e desfazer algumas teses menos fundamentadas. Recomendamo-lo vivamente ao leitor.